

Editorial

Estão abertas as inscrições para *Chamada Pública de Artigos Justiça Racial: Aspectos da Atuação Antirracista em Juízo*, até 10 de junho. A iniciativa tem o objetivo de selecionar 10 artigos que abordem e tragam comentários sobre casos concretos de judicialização antirracista, ou seja, enfocando a análise de ações judiciais individuais ou coletivas perante o Poder Judiciário na luta contra o racismo.

O CEERT, dessa forma, contribui para o aperfeiçoamento da luta antirracista em juízo a partir do aprendizado mútuo de profissionais do direito, com base em casos concretos que enfoquem a efetivação de direitos para a população negra, a exemplo do direito à vida, à educação, ao trabalho, à infância, adolescência e juventude, entre outros.

No Brasil, o racismo é uma das principais causas das desigualdades, desde as primeiras interações entre portugueses, indígenas e pessoas negras. E continua gerando efeitos em diferentes áreas. Segundo o Atlas da Violência 2021, a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. A taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras, segundo o documento.

Além do direito à vida, outros direitos também são recorrentemente violados, como o direito à educação. De acordo com

informações divulgadas pela organização Todos pela Educação, o percentual de jovens pretos e pardos matriculados no ensino médio em 2022 é o mesmo de brancos dez anos antes. Isso retrata diferença de uma década entre eles.

O mesmo ocorre no âmbito do direito ao trabalho digno. Nesse sentido, é ilustrativo o recente estudo comparativo realizado por Michael França e Alysson Portella, pesquisadores do Núcleo de Estudos Raciais do Insper, segundo o qual trabalhadores negros com características produtivas semelhantes aos brancos, como nível de escolaridade e tipo de vínculo, formal ou informal, ganham, em média, de 13% menos do que os colegas brancos.

Os números revelam o quanto é necessário pensar na justiça racial de forma ampla, abrangendo os direitos humanos de forma indivisível, universal e interdependente.

Portanto, a presente chamada pública busca contribuir para que os direitos humanos da população negra saiam do plano meramente formal para encontrar materialidade no cotidiano da população negra, a partir da litigância estratégica. [**Saiba mais neste link.**](#)

Daniel Bento Teixeira

Advogado e diretor executivo do CEERT

Justiça Racial

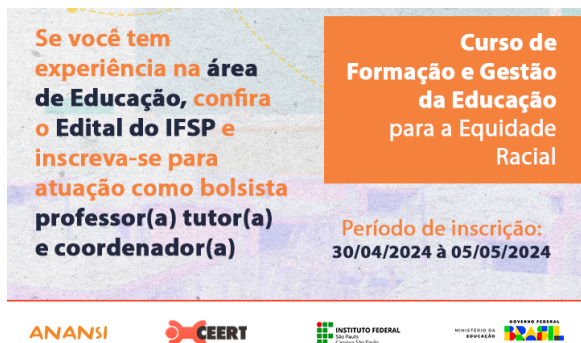


13 de maio: Há 136 anos era assinada a lei 3.353/1888 que supostamente teria colocado fim à escravização de pessoas negras no Brasil. O movimento negro, no entanto, vem debatendo criticamente a data e considerando a abolição como inacabada, uma vez que a lei não foi suficiente para garantir direitos.



Programa Reintegrar: Luan Gomide, um dos participantes da primeira edição do programa, contou sobre a experiência de aquilombamento que vivenciou no CEERT e refletiu a respeito dos principais dilemas enfrentados pela população negra egressa do sistema carcerário e socioeducativo.

Educação Antirracista



Oportunidade para educadores: Em abril, foram abertas as inscrições para a seleção de bolsistas da equipe pedagógica do curso Projeto de Formação Continuada Gestão da Educação para a Equidade Racial. São 23 vagas destinadas a professores e tutores e seis vagas destinadas a coordenadores de todo o Brasil, durante o ano de 2024.



Prêmio Educar com Equidade Racial e de Gênero: Conheça o perfil dos/as candidatos/as. Foram 524 inscrições finalizadas em todas as regiões do Brasil - mais que o dobro em relação ao ano passado - , sendo 92 inscrições na Categoria Escola, 96 na Categoria Prática Projetada e 336 na Categoria Prática Pedagógica.



Encontro com o Porvir

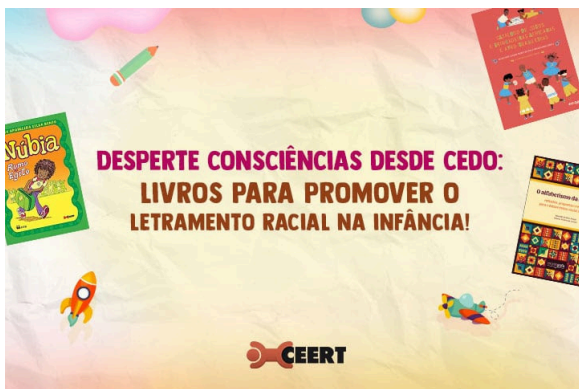
educadores que transformam a educação



Educação antirracista: Daniel Bento Teixeira, diretor executivo do CEERT, participou de uma conversa sobre educação antirracista no Encontro com o Porvir. Segundo Daniel, quando a escola desenvolve um projeto de educação antirracista, é necessária uma abordagem mais ampla, envolvendo toda comunidade escolar.



Edital Equidade Racial na Educação Básica: No [terceiro](#) e no [quarto episódio](#) da série de seis vídeos a respeito da iniciativa, educadoras promovem reflexões sobre os projetos da categoria Educação da Adolescência e Juventude, abordando temas como gênero, currículo e formação de professores.



Dia Nacional do Livro Infantil: A censura de livros não é uma novidade. O *Averso da Pele*, de Jeferson Tenório, foi a mais recente obra a ser perseguida. O livro propõe a discussão antirracista por meio de temas como o racismo estrutural, a objetificação de corpos pretos e violência. Confira obras que abordam a temática antirracista para crianças.



Boa prática: O artigo *Formação Docente e Literatura Infantil: Intervenções e Pesquisas da Literatura*, realizado pelo Núcleo de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas (NEABI), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), destaca atividades realizadas por um grupo de estudos da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



Mãe negra e mercado de trabalho:

Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), 11 milhões de mulheres criam seus filhos sozinhas no Brasil, sendo 90% de mães negras. O número acompanha um lugar de marginalização das mulheres negras no mercado de trabalho.



Fórum da ONU: O Papel do Setor Privado na Redução das Desigualdades Contra a População Negra foi um dos temas do Fórum Permanente sobre Afrodescendentes da ONU, realizado em Genebra, Suíça. Como parte da delegação do Pacto Global, Winnie Santos, coordenadora de projetos do CEERT, participou da reflexão.



Trabalho livre e remunerado: Dos mais de 500 anos de história do Brasil, quase 400 são de uma economia ligada à mão de obra escravizada. Isso mostra que, em um dos últimos países a abolir a escravidão formalmente, o trabalho livre e remunerado está ligado às conquistas de direitos da população negra.

O que pensa o CEERT?



Em coluna publicada na Folha de S. Paulo, Cida Bento fala sobre os desafios da renovação e aprimoramento da Lei de Cotas no Serviço Público (12.990/2014) e a importância da mobilização social para a implementação da proposta que expande a abrangência da lei de 20% para 30%, incluindo indígenas e quilombolas.

JUNTOS NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA
DOE E FAÇA PARTE DESSA TRANSFORMAÇÃO

Quem faz o CEERT



Andrew César Batista Carneiro é Consultor de Comunicação do CEERT desde 2019. É pedagogo pela Universidade Federal Fluminense (UFF), educador social, produtor cultural e gestor de projetos sociais e culturais, com foco em equidade racial. “Trabalhar no CEERT tem sido uma experiência transformadora. Pude compreender as complexidades das disparidades raciais e formas de opressão, enquanto aprendia estratégias eficazes para enfrentá-las. O que mais me cativa é a oportunidade de aplicar esse conhecimento em prática, especialmente ao trabalhar nos chãos periféricos”, diz o consultor.

